



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638757 - SP (2021/0002383-3)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABRIELA MOSCIARO PADUA - RJ172794
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JULIANO CARVALHO DE PAIVA RIBEIRO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JULIANO CARVALHO DE PAIVA RIBEIRO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado de Execução Penal n. 0001318-24.2020.8.26.0129).

O paciente, atualmente preso, teve contra si proposta de execução da pena de multa.

A impetrante sustenta a necessidade da extinção da punibilidade da pena de multa, em razão de o valor da dívida ser irrisório, inferior a 1.200 UFESPs, sendo, portanto, antieconômico para o Estado dar continuidade a essa execução.

Requer, liminarmente, a suspensão da ação de execução da pena de multa em andamento até o julgamento definitivo do *writ* e, no mérito, que seja declarada extinta a punibilidade do paciente diante da inexigibilidade do valor executado da pena de multa.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente